



## O papel estratégico da filosofia na educação básica

Entrevista com  
Celso Fernando Favaretto

Recepcionado pelos professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE/Uninove), Antônio Joaquim Severino, Diego Paladini Machado, Marcos Lorieri, Urbano Correia Lemos Junior e Carlos Bauer, no dia 11 de maio de 2011, o professor e crítico cultural Celso Fernando Favaretto concedeu entrevista à revista *Dialogia*, na qual, entre outras coisas, reflete sobre o ensino de filosofia, seus impasses e possibilidades na atualidade educacional brasileira.

***Dialogia*** – Com muita satisfação estamos recebendo hoje o professor doutor Celso Fernando Favaretto, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Como professor de Metodologia do Ensino de Filosofia, acompanha a história do ensino da filosofia no Brasil e tem experiências acumuladas nessa área. É também um dos grandes especialistas do campo da estética e em sua relação com a Educação. São conhecidos os seus trabalhos sobre a tropicália, sobre a obra de Hélio Oiticica e apresentou na USP uma importante tese de

livre docência sobre o tema: “Moderno, pós-moderno, contemporâneo, na educação e na arte”.

Temos convicção que a entrevista a seguir transcrita traz contribuições valiosas para os debates relativos ao ensino da filosofia, particularmente neste momento de seu retorno oficial nas escolas no ensino médio.

Muito obrigado professor Celso, seja bem-vindo ao nosso programa que, com esse trabalho, inicia nova fase da revista *Dialogia* que está completando seus exatos 10 anos.

Celso Fernando **Favaretto** – Agradeço o convite.

**Dialogia** – Professor Celso, porque ensinar filosofia na educação básica e na educação superior? A filosofia é uma necessidade para a humanidade e de que forma deve fazer parte da sua formação?

**Favaretto** – De fato, a filosofia é requerida no processo educacional, pois cobre uma das necessidades fundamentais do homem. A tentativa de se compreender, de se justificar através de uma reflexão que leva em conta tanto os dados da experiência como os dados dos diversos conhecimentos humanos têm na filosofia o seu lugar mais específico. A especificidade da filosofia está exatamente em ultrapassar tanto os dados da experiência como um conjunto dos conhecimentos que vêm, por exemplo, através das ciências. Porque na filosofia qualquer problema humano, qualquer necessidade humana, qualquer experiência humana são colocados sob o prisma da reflexão – na busca dos fundamentos da experiência humana, dos fundamentos do seu comportamento, das suas escolhas, das suas justificativas. A filosofia responde, portanto, a uma necessidade que não pode ficar fora do processo educacional, em especial no ensino médio, em que se manifesta a curiosidade e a necessidade de colocar em perspectiva os problemas que dizem respeito, especialmente à moralidade e à justiça. Não há melhor modo de satisfazer essa necessidade e essa curiosidade senão colocando à disposição deles um conjunto, não só de conhecimentos, mas de conceitos e de interpretações que os ajudam a se colocarem em perspectiva, ou seja, se colocarem criticamente perante a realidade – julgando, criticando, aceitando e rejeitando, procedimento dos mais evidentes na adolescência.

***Dialogia*** – E o que significa para o senhor ensinar filosofia? Ensinar a filosofar? Como entender algumas posições que afirmam que o que se deve ensinar não é filosofia e sim filosofar?

**Favaretto** – No fundo, essa diferenciação entre ensinar e aprender filosofia ou, ensinar e aprender a filosofar é um falso problema. Não é possível fazer da filosofia alguma coisa com especificidade própria sem a referência ao pensamento que os homens vêm elaborando desde o momento em que o pensamento se tornou mais formalizado, quando passou a ser escrito, na Grécia clássica. Ao mesmo tempo em que o aprendizado dos conhecimentos já elaborados é básico, e não só em filosofia, mas, em todos os setores do conhecimento humano, este aprendizado em si, já é o filosofar. A diferenciação, quando é feita, tem em vista levar em conta que, para haver a filosofia como ato, para se filosofar, não há necessidade exclusiva de se partir do trabalho filosófico escrito, dos textos que a tradição reconhece como filosofia; ou seja, que ela pode se fazer, refletir, diretamente sobre os acontecimentos humanos, sobre a experiência humana, sobre qualquer fato humano. Porque, é óbvio, desde sempre os homens pensam sobre todos os aspectos da vida, de modo que nem sempre seja preciso que tal pensamento se configure, especificamente, como filosofia. Assim, o filosofar, na verdade, não é uma coisa que se restringe a uma atividade e a um aprendizado profissional. Neste sentido, a filosofia como pensamento reflexivo é generalizada: o que se chama filosofia está em todos os lugares. Porém, o filosofar que mais nos interessa e que interessa mais especificamente na educação, seja na educação básica, seja na universidade é aquela atividade de filosofia que necessariamente trabalha com certos pressupostos, trabalha com certas formalidades – esses pressupostos e essas formalidades estão apresentados nas pesquisas mais específicas. A questão principal, no caso do ensino básico, é como não transformar a disciplina nesse nível básico numa simples transferência dos procedimentos do ensino universitário de filosofia. Há uma especificidade própria do ensino de filosofia no nível básico. Essa especificidade é, acima de tudo, pedagógica, ou seja, a relação entre o que é específico na filosofia e o que é necessário pedagogicamente é que deve resolver a questão da filosofia como disciplina propriamente educativa.

***Dialogia*** – E quem pode ensinar filosofia, professor? Que aspectos devem ser contemplados necessariamente na formação do ensinante de filosofia?

**Favaretto** – Ensinar filosofia, dessa maneira que nós estamos entendendo, é algo que diz respeito aos professores que fizeram graduação em filosofia. É necessário garantir a especificidade desse tipo de pensamento, que não se confunde nem com a reflexão no sentido amplo, nem com o tipo de pensamento, com o tipo de rigor, como das ciências. O pensamento filosófico tem, evidentemente, especificidade própria, que diz respeito às exigências da enunciação filosófica. O professor de filosofia tem que ter passado pelo aprendizado e experiência de elaboração discursiva, que implica em dimensões conceitual, argumentativa e problematizadora. É claro que não se pode dizer que só pensa filosoficamente quem fez o curso de graduação em filosofia. Existe a possibilidade de alguém que não tenha feito o curso de filosofia de exercer adequadamente o trabalho de professor de filosofia, satisfazer as exigências do trabalho filosófico. No caso do ensino de filosofia no nível médio, essas exigências devem compor as exigências tipicamente pedagógicas, pois aí a filosofia é, como as demais, simplesmente uma disciplina curricular.

***Dialogia*** – Como o senhor vê essa nova legislação relativa à presença do ensino de filosofia no ensino médio?

**Favaretto** – A presença da filosofia no ensino médio, como disciplina obrigatória, vinha sendo requerida há muito tempo. Fazendo um rápido retrospecto do que foi o ensino de filosofia no Brasil, desde as primeiras leis de diretrizes e bases da educação nacional, por volta dos anos de 1930, percebe-se que até recentemente ela nunca esteve estável no currículo, comparando com disciplinas como as científicas, matemática e línguas. E mais, mesmo quando incluída no currículo, nunca estava pensada de modo estratégico, ou seja, como disciplina educativa. Ela entrava com a justificativa genérica de que a filosofia deveria ser estudada por ser o conhecimento humano mais profundo, fundamental para a compreensão da essência da vida. Mas isso não se transformava realmente em um material propriamente educativo, apesar da consideração de que sua ausência era muito sentida dada a sua importância na formação, entendida como processo emancipador, voltado para o desenvolvimento da autonomia pessoal, social e política, essencial para que os jovens possam se situar criticamente face às mudanças dos conhecimentos, da cultura, dos valores. Percebia-se que a falta da filosofia estava contribuindo para uma debilidade do ensino, principalmente do nível médio. O

fato se agravou a partir dos anos 1970, quando a legislação brasileira começou a tender demais para acentuar no currículo o objetivo de profissionalização, que era uma necessidade e continua sendo, evidentemente, mas que foi valorizado em detrimento das disciplinas ditas humanísticas, especialmente da filosofia cuja função não seria essencial para este tipo de formação. A partir de meados de 1970 houve, por parte dos professores de filosofia de nível médio e da universidade, uma preocupação em reivindicar a filosofia como disciplina obrigatória. Foi um trabalho político, uma mobilização muito longa, que incluía reivindicações junto às instâncias institucionais, a criação de entidades específicas dos filósofos, cursos de formação de professores, publicações etc. A partir do momento, recente, em que se tornou por força de lei disciplina obrigatória no ensino médio, abriu-se outro movimento: consolidar a disciplina como disciplina mesmo, o que implica que os professores de filosofia saibam exatamente qual é a especificidade dessa filosofia como disciplina, que exerçam no seu trabalho essa especificidade através dos procedimentos que identificam uma área de saber, mas, ao mesmo tempo, que seja uma disciplina formativa e não apenas mais uma disciplina de conhecimentos específicos.

***Dialogia*** – Aproveitando o ensejo, em suas respostas ficaram bem claras a relevância e a necessidade do ensino da filosofia, em todos os níveis e, particularmente, no ensino médio. Como trabalhar didaticamente e pedagogicamente este ensino de filosofia nas condições atuais da nossa escola média, particularmente, da escola média pública? Sabemos que o ensino de filosofia encontra certa resistência dos alunos mesmo nas melhores escolas particulares. Como o senhor, como professor de prática de ensino, sente essa questão da metodologia do ensino da filosofia?

**Favaretto** – Bom, a questão realmente é importante e complicada. A complicação vem, não só das dificuldades de se fazer uma escolha de conteúdos e de se desenvolverem processos e procedimentos de trabalho de filosofia com alunos jovens, como também, as dificuldades estão ligadas à própria estrutura escolar brasileira. A carga horária excessiva aliada à formação deficiente dos professores faz com que as dificuldades naturais, como a de que os alunos em não verem relevância na disciplina, tornem a aula de filosofia um problema de difícil solução. Fato rele-

vante com frequência é que a aula de filosofia acaba não acontecendo, não tendo especificidade; no melhor dos casos ela acaba sendo um lugar onde se conversa ou se reflete genericamente sobre um assunto qualquer, um assunto emergente de natureza social, política, moral ou cultural, mas que não chega a um tratamento propriamente ao novel da elaboração do pensamento. A dificuldade principal advém do seguinte: o ensino de filosofia se fazer simplesmente pela transposição dos conteúdos e procedimentos do curso de graduação, apenas adaptados para o nível médio. Este fato é muito frequente, por isso não acontece nada e a disciplina não se legitima. Não funciona de duas maneiras: porque aquele tipo de filosofia não tem interesse por parte dos alunos e porque não alcança sentido pedagógico. A filosofia não está no nível médio para cumprir o papel de desenvolver apenas conhecimentos específicos de filosofia, como história, geografia, ciências etc. Ela está aí para cumprir um papel estratégico: o de integrar os alunos no domínio de um pensamento, que não é um pensamento qualquer, mas um pensamento que tem consequências, isto é, um pensamento que é conceitual e que é argumentativo. Um pensamento que faculta aos jovens tomarem posição perante os problemas da vida em geral, não só perante os problemas do conhecimento. Ora, isso que dizer que a filosofia tem que aparecer no nível médio, como uma disciplina pedagógica, isto é, uma disciplina que para ser significativa deve ser operacionalizada. E é exatamente a operacionalização que é o buraco-negro do ensino de filosofia no Brasil. Nunca se operacionalizou a filosofia. Em parte, por preconceito. Acreditava-se que a filosofia é um conhecimento tão elevado que não precisa nem pode ser operacionalizado, sob pena de ser desfigurado. O preconceito vem da universidade, dos cursos de filosofia, da crença de que a filosofia no nível médio, ou em qualquer outro lugar, deve respeitar a mesma formalidade das pesquisas em profundidade, do contrário não teria nenhum valor formativo.

O que é essa operacionalização? Primeiro, o trabalho de filosofia tem que manter a formalidade própria da filosofia, isto é a sua especificidade. Já que a disciplina agora é obrigatória, ela deve fazer jus ao nome. Ela deve ser filosofia e, portanto, os seus conteúdos, os seus processos e procedimentos têm que ser filosóficos. Até aí tudo bem. Agora, como adequar isso às necessidades pedagógicas de formação e a àquilo que se chama interesse dos alunos? Entendemos por “interesse” aqui, a vinculação dos alunos a determinadas formas pontuais nas quais eles encontrem os seus interesses particulares, onde manifestem os seus desejos e onde façam suas escolhas. Então, a escolha deve ser estratégica. A estratégia é “como

encontrar no domínio da própria filosofia, dos seus textos, dos seus problemas, dos seus contextos, uma vinculação com problemas existenciais?” Os problemas são de ordem política, social, jurídica moral, artística, religiosa etc. Aí é preciso que se formulem estratégias de ensino que podem partir da filosofia diretamente ou, mais apropriadamente, diretamente da experiência. Mas a experiência tem que ser colocada em perspectiva de modo que ela forneça condições para produzir uma relação com certas teorias, com certos textos, com certos problemas. Ou seja, parece-me que, basicamente, o processo é o seguinte: parte-se de uma problematização em torno de uma questão que pode surgir espontaneamente na sala de aula, ou que o professor, com a sua formação filosófica e educacional, percebe que é um problema estratégico, o quanto possível do presente, reconhecível pelos alunos, de forma que essa problematização gere as condições para fazer uma espécie de “linkagem” com conhecimentos, com conceitos com processos argumentativos, articulados a um recorte propriamente filosófico. Assim, a problematização acaba situada em alguma linhagem de pensamento, que não surge *a priori*. Nenhum filósofo é necessário por si só; o que importa é que o trabalho educacional seja sempre situado em uma formalidade filosófica, de modo que os alunos possam ir adquirindo aos poucos procedimentos discursivos, tanto na fala quanto na escrita, além dos conhecimentos particulares de cada filósofo, sistema ou texto.

***Dialogia*** – O senhor falou a respeito dos conteúdos. Imaginamos o quanto é difícil uma discussão que, por muitos anos, está entre os professores de filosofia e está presente também nas chamadas aulas de prática de ensino de filosofia: como lidar com o interesse dos alunos? Há uma tendência em se afirmar que, na sala de aula, tudo deve ser feito a partir dos interesses dos alunos. O senhor acabou de falar que deve haver uma perspicácia estratégica do professor, em termos de levar problemáticas que ao mesmo tempo casem com problemáticas que estão aí. Mas nem sempre elas são do interesse imediatista desses alunos. Como vê esse discurso de partir do interesse dos alunos?

**Favaretto** – Uma das dificuldades do ensino de filosofia é que o professor de filosofia tem que ser culto. O que isso significa? Significa ter uma formação que vá além da formação básica em filosofia. Todo mundo sabe que fazer um curso

de filosofia implica em uma passagem por alguns textos, por alguns filósofos, através dos quais, por meio de exercícios, o professor adquire a possibilidade de continuar estudando e trabalhando. Essa é a formação mínima ou básica. Porém, ele também precisa de uma cultura de outro tipo, para dar conta da multiplicidade da experiência contemporânea. Se esse professor não sabe transitar por questões culturais, políticas, sociais, artísticas, se não conhece o domínio dos meios de comunicação de massa e se não trabalha hoje com as linguagens virtuais, dificilmente conseguirá estabelecer um espaço de trabalho com esses alunos. Não se trata de se submeter aos interesses dos alunos. Trata-se de o professor, estrategicamente, retirar do que ele percebe dos alunos, segundo o seu ponto de vista cultural, as condições para gerar temas e problemas que interessam educacionalmente e sobre os quais se exercerá uma formalidade de trabalho filosófica. Um dos mitos que caiu por terra, que ainda produz muitos efeitos deletérios por aí, é o seguinte: essa submissão aos interesses dos alunos aparentemente levaria à possibilidade de gerar um ambiente de trabalho produtivo. O que acontece geralmente é que, inicialmente, pode haver um interesse, mas o interesse não leva, realmente a algum trabalho, pois os alunos estão falando de alguma coisa que eles conhecem. Mas, segundo eles, só eles conhecem, não os professores. Então, é “chover no molhado”, como diz o ditado. Por exemplo: uma das coisas que eu constatei nesses mais de 20 anos de trabalho com alunos que fazem estágio em escolas bastante complicadas, sejam elas das regiões mais próximas ao centro de São Paulo, sejam das periferias, é que, de modo geral, principalmente nas periferias, os alunos não estão interessados em discutir as dificuldades sociais deles. A gente achava que eles deveriam falar da sua miséria e das suas dificuldades. Não. O professor realmente funcionava quando os colocava deslocados daquele problema. Esse deslocamento é fundamental. Sem esse deslocamento não há filosofia, não há pensamento. Essa história do interesse do aluno é um pouco mistificada. O professor tem que ter olhos e ouvidos para perceber por onde passam os seus desejos, por onde passam os seus movimentos, para, ao fazer os recortes temáticos e conceituais, conseguir uma “linkagem” com esses interesses e desejos. Essa “linkagem” é indireta e não direta e é a maior dificuldade, quer dizer, isto realmente tem a ver com o que nós chamamos de formação de professores de filosofia. A formação dos professores de filosofia é uma formação não só na filosofia, na sua formalidade própria, na sua história, nos seus temas, nos seus problemas, mas uma formação cultural. A filosofia nunca existiu, senão em sintonia com a cultura e com a experiência.



Sem essa relação com a cultura e com a experiência, não há possibilidade de se fazer filosofia de maneira interessante e não há, absolutamente, condições de se fazer da filosofia uma disciplina relevante. Admitamos, apesar de ser sempre julgada relevante ela ainda não é. Ela está no currículo, mas não é relevante. Espera-se simplesmente que os alunos adiram a ela e eles não vão aderir sem mais nem menos. Por outro lado, nós estamos ainda com uma carência muito grande no que diz respeito à operacionalização. Já temos no Brasil, nos últimos 20 anos, uma reflexão muito grande sobre a importância da filosofia, sobre o que é a filosofia, para que ela serve e como ela é necessária. A reflexão é muito boa. Nós temos livros e livros escritos sobre isso. Está na hora de trabalhar de uma maneira como as outras disciplinas, como os professores de ciências, de línguas, de matemática, que estão há muitas décadas trabalhando na maneira de operacionalizar as disciplinas segundo as condições tecnológicas, científicas e culturais diversas que nós vivemos. Como é que nós vamos colocar o ensino de filosofia hoje na internet? A internet está aí. Ela é um fato relevantíssimo. Eu posso entrar na sala de aula e querer trabalhar com um recorte de um texto filosófico que está na internet. Agora, é insuficiente ela servir como uma espécie de biblioteca viva para ser acessada imediatamente. Eu quero saber como se fala do processo virtual, um processo de pensamento semelhante àquele que está nos textos e que são legíveis e, semelhante à experiência que é impossível de ser eliminada, que é a da escrita. Este é um problema que está aí. Não podemos bancar o avestruz, temos que enfrentar esse desafio.

***Dialogia*** – Muito boa essa reflexão. Achamos que ela será algo seminal para outras conversas e para outros textos, especificamente focando nessa necessidade da operacionalização metodológica e filosófica do ensino de filosofia, de tal maneira que os nossos jovens o queiram e se tornem pessoas interessadas, por conta de um trabalho motivador desse interesse por parte do professor que o saiba fazer.

**Favaretto** – Exatamente. Ele não tem que esperar que os alunos se interessem. Eles não terão interesse naquilo que é obrigatório. A necessidade que nós buscamos é outra. A necessidade da filosofia é aquela da produção do sentido. Eles não têm que ter isso espontaneamente. Alguns têm. Mas nós não podemos trabalhar só com alguns. Nós estamos sempre na frente de 30 ou 40 alunos em cada classe.

É um problema de ensino. É um problema de uma maturação que demorará a chegar, mas está vindo. Está começando. Nós já temos muitos projetos e muitos trabalhos em desenvolvimento com professores. Os projetos de operacionalização são municipais, estaduais, federais e outros. Temos muitas experiências de professores que são narradas. Há muitos professores fazendo trabalhos magníficos nas condições mais difíceis, nessa linha de salvar a especificidade da filosofia e trabalhar a partir da experiência, a partir da cultura. Isso está em processo. Há muita coisa acontecendo por aí. É difícil e vai demorar, pois o país é muito grande e o processo educacional brasileiro é muito complicado. Vai demorar muito, mas não quer dizer que nada está acontecendo. Está acontecendo muita coisa.

***Dialogia*** – Queremos agradecer a participação do professor Favaretto, sua brilhante exposição, suas respostas esclarecedoras a respeito da relevância e da necessidade do ensino da filosofia para todas as faixas de idade e para todas as gerações. Cabe destacar esta articulação da experiência acumulada da humanidade que é para ser resgatada pelas várias gerações. Isso pressupõe, no caso do ensino da filosofia, este intercâmbio, esta retomada de todo aquele acervo que a cultura filosófica nos deixou. Não havendo assim nenhuma contradição, nenhuma antinomia entre o ensino da filosofia, o ensino do filosofar. Para filosofar é preciso compartilhar essa experiência acumulada e, ao participar dessa experiência acumulada, nós já estamos também filosofando. Muito obrigado, professor Favaretto.

- Siga o link da entrevista com o professor Celso Favaretto:

<mms://digital.uninove.br/digital/Video/Larga/Dialogia/DIALOGIA\_FILOSOFIA.wmv>.